

RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.883 - MG (2017/0042572-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : LOURDES MONTANARI GONCALVES
ADVOGADOS : MARIA JOCÉLIA NOGUEIRA LIMA - MG054675
CLÁUDIA DE CARVALHO CAILLAUD E OUTRO(S) - MG065643
RECORRIDO : GENERALI BRASIL SEGUROS S A
ADVOGADOS : JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO - MG020180
VIVIANE CORONHO - MG061130
LETICIA MARIA PULIS ATENIENSE E OUTRO(S) - MG103585

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. INTERPRETAÇÃO INADEQUADA DA SÚMULA Nº 579 DO STJ. APELO NOBRE ANTERIOR QUE PERDEU O SEU OBJETO. INOCORRÊNCIA DE SOBRESTAMENTO. INDISPENSABILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE NOVO RECURSO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

LOURDES MONTANARI GONCALVES (LOURDES) ajuizou ação de cobrança ajuizada contra GENERALI BRASIL SEGUROS S.A. (SEGURADORA), na qual alegou, em síntese, que ficou inválida permanentemente, em decorrência de doença irreversível e evolutiva, a partir de 1º/3/2007, sendo detentora de seguro de vida contratado com a ré, através do IBGE. Informou que pleiteou o pagamento do sinistro, sendo-lhe negado aos 28/7/2008. Pediu, ao final, a condenação da seguradora ao pagamento do sinistro, observando-se a base de cálculo de 20 salários, previsto na apólice.

O Juízo da 21ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG julgou procedente o pedido (e-STJ, fls. 241/252).

A apelação da SEGURADORA foi provida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), nos termos da seguinte ementa:

AÇÃO DE COBRANÇA / INDENIZAÇÃO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. SEGURO. CANCELAMENTO. MODIFICAÇÃO DA APÓLICE FEITA PELA ESTIPULANTE. VALIDADE. APÓLICE VIGENTE. INEXISTÊNCIA DE COBERTURA PARA INVALIDEZ PERMANENTE POR DOENÇA - IPD. PEDIDO IMPROCEDENTE. SENTENÇA REFORMADA. 1. Se a questão

jurídica controvertida prescindirá da referida análise técnica, reclamando tão somente o cotejo da documentação coligida nos autos, sem necessidade de prova pericial, mantém-se o indeferimento na forma do artigo 130 do CPC, sem que se possa falar em cerceamento de defesa. 2. O contrato de seguro, por definição, nos termos do artigo 757 do Código Civil, é o pacto pelo qual o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados. 3. Não havendo garantia expressa em face do risco convolado em prejuízo concreto, não há que se falar em indenização securitária e, conseqüentemente, na procedência do pedido (e-STJ, fl. 304).

O Desembargador Relator no TJMG, de forma monocrática, rejeitou os embargos de declaração opostos por LOURDES, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC/73 (e-STJ, fls. 320/323).

Inconformada, LOURDES interpôs recurso especial com com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando, além de dissídio, violação dos arts. 165, 244, 458, 535, I e II, e 537, todos do CPC/73; e, 51 e 54, ambos do CDC, e 756 do CC/02, ao sustentar, em síntese, (1) negativa de prestação jurisdicional, porquanto o seu recurso integrativo foi rejeitado monocraticamente pelo relator, o que implica a necessidade de retorno dos autos ao Tribunal de origem para que lá sejam analisadas as teses levantadas nos embargos de declaração que opôs, ou seja, da existência das omissões; e, (2) a falta de notificação acerca da alteração lesiva do contrato de seguro de vida coletivo é nula.

Foram apresentadas contrarrazões do recurso especial (e-STJ, fls. 371/387).

O recurso especial foi provido pelo STJ para anular a decisão monocrática que rejeitou os embargos de declaração com fundamento no art. 557 do CPC/73. Determinou ainda que o processo retornasse para que fosse julgado por órgão colegiado e julgou prejudicado os demais temas abordados no apelo nobre (e-STJ, fls. 396/400).

O TJMG, cumprindo determinação desta Corte Superior, julgou novamente os embargos, pelo seu Órgão Colegiado, e os rejeitou, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DECISÃO EMBARGADA. OMISSÃO/CONTRADIÇÃO/OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR FATOS, PROVAS E DIREITO APLICÁVEL. IMPOSSIBILIDADE.

Superior Tribunal de Justiça

1. As hipóteses que autorizam o acolhimento dos embargos de declaração estão declinadas no art. 535, CPC. Não verificada a existência de qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada, mas apenas o intento de rediscussão da matéria tática ou do direito aplicável, imperiosa se afigura a rejeição do recurso (e-STJ, fl. 431).

Após a publicação do acórdão, LOURDES protocolou petição, na qual requereu que os autos fossem enviados para o STJ para que fosse retomado o julgamento do recurso especial sobrestado, conquanto os autos foram devolvidos para que o TJMG julgasse os embargos de declaração pelo seu Órgão colegiado.

Alegou que, como não teve alteração no resultado do julgamento pelo TJMG, nos termos da Súmula nº 579 do STJ, não há necessidade de ratificação do recurso especial. Pediu o envio dos autos para esta Corte Superior.

Em ato contínuo, sem abrir prazo para contrarrazões do apelo nobre, foi realizado novo Juízo da admissibilidade, só que do recurso especial que já tinha sido julgado pelo STJ, não levando em consideração o julgamento dos embargos de declaração e a petição da recorrente pedindo o envio dos autos para o STJ (e-STJ, fls. 442/443).

É o relatório.

DECIDO.

De início, cabe registrar que não houve sobrestamento do julgamento do recurso especial (nº 1.589.722/MG), ele foi julgado e foi provido com determinação de anulação do acórdão que julgou os embargos de declaração de forma monocrática e os demais temas nele trazidos foram julgados prejudicados, tendo se esgotado o seu objeto.

No mais, cabe consignar que a Súmula nº 579 do STJ, que dispõe que *não é necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração quando inalterado o julgamento anterior*, não tem o alcance pretendido da recorrente.

Com efeito, a referida súmula somente se aplica na hipótese em que na pendência de julgamento dos embargos de declaração opostos a parte interpõe recurso especial contra o mesmo acórdão. Como não se sabe ainda se os aclaratórios vão ou não ser acolhidos para modificar o acórdão impugnado, ocorrendo o seu julgamento e não tendo eles sido acolhidos, não há necessidade de ratificação das razões do recurso especial, o que, em absoluto, não é o caso.

Na hipótese dos autos, no qual repito, não houve o sobrestamento do julgamento do recurso especial, o que somente ocorre em situações excepcionais, como na hipótese em que o relator converte o julgamento em diligência ou nos casos de

Superior Tribunal de Justiça

recursos repetitivos, não se aplica o referido entendimento sumular.

O recurso especial (nº 1.589.722), com efeito, no qual se pediu também a anulação do julgamento dos embargos de declaração realizado monocraticamente, foi julgado e se esgotou o seu objeto, tendo inclusive sido declarada prejudicada as demais questões nele trazidas.

Devido o novo julgamento dos aclaratórios da ora recorrente pelo Órgão colegiado, como pediu no seu anterior apelo nobre, a medida que se impunha era a interposição de novo recurso especial, e não simplesmente peticionar pedindo o envio dos autos para o STJ, o que configurou erro grosseiro, o que não se admite.

Nessas condições, a petição de e-STJ, fl. 437 não pode ser conhecida como recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator